

- Balanço patrimonial, sendo que o mesmo se faz necessário devido a necessidade de a empresa demonstrar que possui disponibilidade de caixa para honrar os compromissos assumidos com a Administração Pública.

Uma das formas de realizar tal demonstração é por meio do cálculo do capital circulante líquido, que revelará a capacidade de honrar com seus compromissos de curto prazo, como por exemplo, os pagamentos dos salários, encargos e tributos e assim fazer frente às obrigações assumidas no contrato de prestação de serviços, com disponibilização de mão de obra.

A Lei 8.666/93 determina que o capital circulante líquido da empresa deverá equivaler a três meses de execução contratual, ou, em termos mais precisos, deverá equivaler a três vezes o valor mensal do contrato. Observando-se que às empresas em questão são prestadoras de serviços, cuja a necessidade de mão de obra é volumosa, a demanda por recursos é grande devido ao pagamento de salários e encargos, a questão não é a empresa deter patrimônio suficiente para fazer frente à magnitude das obrigações assumidas, mas sim a capacidade de liquidar esse patrimônio. A forma de se aferir o capital circulante líquido da empresa, é confrontando o seu ativo circulante (AC) com o seu passivo circulante (PC) subtraindo um do outro, gerando a seguinte equação: $AC - PC$.

A definição de ativo circulante é dada pelo artigo 179 da Lei 6.404/76:

“as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte. Ou seja, constitui-se no grupo de contas contábil que registra as disponibilidades (caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras), os títulos negociáveis (como duplicatas a receber), os estoques e outros créditos de realização a curto prazo, como adiantamento a fornecedores e empregados.”

Do mesmo modo, e em contrapartida, embora não exista uma definição legal de passivo circulante, no contexto da análise, em comento pode ser entendido como as obrigações vencidas ou vencíveis em curto prazo, tais como, o pagamento de tributos, salários, empréstimos, títulos, ou fornecedores.

Dessa forma, observa-se a existência de diversos outros índices, como por exemplo, os de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, que já são utilizados como exigência em Processos Licitatórios, que são aplicados nos dados existentes no Balanço Patrimonial e que podem demonstrar a situação financeira da empresa e se a mesma terá recursos suficientes para cumprir as obrigações assumidas com a Administração.

METODOLOGIA:

Ressaltamos que a definição da metodologia utilizada para a composição do Preço de Referência dos processos licitatórios para o fornecimento de alimentação destinado à presídios e penitenciárias foi concebida a partir do Projeto de Gestão Estratégica de Suprimentos do Estado de Minas Gerais, iniciado através da criação de comitê específico pelo Decreto sem número, de 03 de março de 2008.

O referido projeto foi gerido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG e implementado junto a Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, no ano de 2007, através do Caderno de Aquisição e Contratação de Serviços.

Desta feita, informamos que a metodologia está de acordo com os requisitos determinados pelo TCE/MG (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais), bem como o TCU (Tribunal de Contas da União).

Ressaltamos que o Termo de Referência possui os requisitos determinados pelo TCE/MG.

CONCLUSÃO:

Diante de todo o acima narrado, vimos através deste requerer que se instaure um procedimento licitatório, cujo objeto do contrato será o **fornecimento de alimentação transportada** em prol dos servidores e sentenciados do **Presídio de Resende Costa e o Presídio de São João Del Rei**, com vigência de **24 (vinte e quatro) meses**. **O início da prestação do serviço se dará conforme cláusula de vigência da minuta de contrato do edital**, podendo o mesmo ser prorrogado até os limites estabelecidos pela lei 8666/93, tendo em vista que o serviço em tela apresenta cunho continuado, comprometida à atividade de segurança pública, enquadrando-se como essencial para cumprimento dos objetivos do PPAG (Plano Plurianual de Ação Governamental) referente ao exercício de 2018, ação 4601.

Informamos que o gestor do contrato será o diretor da unidade prisional, sendo o acompanhamento do processo realizado pela servidora Camila Samantha Leite Lopes MASP:1.351.907-9 – Diretoria de Apoio a Gestão Alimentar do Núcleo de Acompanhamento de Contratos.